

Aryon Rodrigues e as Línguas Gerais na historiografia linguística

Aryon Rodrigues and the Línguas Gerais in the Linguistic historiography

Consuelo ALFARO LAGORIO (UFRJ)

José R. Bessa FREIRE (UNIRIO-UERJ)

RESUMO

Aryon Rodrigues transita por diferentes áreas do conhecimento. Como linguista descreveu diversas línguas, principalmente da família Tupi, coletou dados em trabalho de campo, investiu na formação de quadros, abriu espaço acadêmico para a pesquisa em línguas indígenas, orientando teses e dissertações. Como historiador dessas línguas, evidencia erudição e conhecimento profundo da documentação específica existente em arquivos nacionais e estrangeiros. Dialogou com a produção acadêmica europeia e hispano-americana, desempenhando um papel de proeminência, como uma referência nesse campo. Este artigo destaca a sua contribuição num tópico pouco estudado no Brasil: as línguas gerais que constituem um capítulo importante da história social das línguas, por evidenciar a dinâmica de intercâmbios interétnicos com implicações na memória regional e nacional. Foi ele quem situou a questão, trazendo esclarecimentos sobre as duas línguas gerais de base indígena que floresceram em território hoje brasileiro: a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica.

Palavras-chave: *Historiografia Linguística; Línguas em Contato; Sociolinguística; Língua Geral.*

ABSTRACT

*Aryon Rodrigues delves into different fields of knowledge. As a linguist, he describes several languages, especially those from the Tupi family; he worked on fieldwork data collection, he committed himself on training staff; he worked to give academic space to the Indian languages research; he supervised works as theses and dissertations. As a historian of these languages, he demonstrated erudition and deep knowledge of the specific documents in the existing national and international files. He establishes a dialogue with the European and Latin American academic production, playing a major role as a reference in this field. This paper highlights his contribution on a not very well known topic in Brazil: the *línguas gerais* that constitute a very important chapter of the social history of the languages because they are the evidence of the interethnic interactive dynamics, with implications in the regional and national memory. He points out this subject, bringing enlightenment on the two native *línguas gerais* that blossomed on the present Brazilian territories: the *Língua Geral Paulista* and the *Língua Geral Amazônica*.*

Key-words: *Linguistic historiography; Languages in Contact; Sociolinguistics; Língua Geral.*

Introdução

Aryon Dall’Igna Rodrigues (1925-2014), ao longo de mais de setenta anos de vida academicamente produtiva, peregrinou em busca de línguas indígenas por aldeias, arquivos, laboratórios de línguas e universidades, num diálogo ininterrupto com índios, a quem ouviu atentamente, e com pesquisadores, indígenas e não indígenas, para cuja formação contribuiu. Doutor pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha, com tese sobre a fonologia do Tupinambá (1959) e formado na escola da linguística germânica, realizou trabalhos descritivos das línguas indígenas, principalmente na área de fonologia. Além disso, sua produção versa sobre a classificação das línguas amazônicas e sua relação genética com as principais línguas do continente: as famílias Tupi, Karib e Macro-jê. Na perspectiva da Linguística Histórica, parte de seu trabalho se dedica a agrupar em famílias linguísticas aquelas línguas com uma origem comum, buscando dados destinados a deter-

minar o seu centro originário de dispersão para esboçar elementos de parentesco.

Essa produção dialoga com Cestmir Loukotka, com quem manteve contatos pessoais e intercâmbios de informação no final dos anos 1950, quando o linguista tcheco pesquisou a língua xetá falada na Serra dos Dourados, Paraná. Loukotka (1968) dedicou sua vida a estudar a classificação das línguas indígenas, produzindo uma obra que serve como guia de fontes para a história das línguas da América do Sul, na medida em que identifica abundante documentação sobre línguas em arquivos da Europa e da América, inclusive em arquivos particulares e até mesmo documentos produzidos por ele próprio, originados pela correspondência mantida com linguistas, antropólogos, missionários e indigenistas.

Essa rica documentação, ao lado do trabalho de campo e da revisão bibliográfica, forneceu elementos para o emprego, com um relativo distanciamento, do método comparativo. Neste caso, os dados léxicos e fonéticos compartilhados permitem estabelecer um ancestral comum, denominado *protolíngua* e, a partir dele, são estabelecidos graus de parentesco ao interior da família. A identificação de divergências internas tem servido para levantar hipóteses sobre datas de afastamento do ancestral comum, formando o quadro composto por *trancos, famílias e línguas*. Aryon realizou esses estudos comparativos com línguas indígenas, nos quais formulou hipóteses consistentes do relacionamento genético envolvendo os troncos tupi, macro-jê e karib e abriu a discussão com a publicação dos resultados em livros e revistas especializadas.

As protolínguas das principais línguas ameríndias, concebidas hipoteticamente a partir de dados fonéticos e da lista de ‘palavras básicas’ no projeto léxico-estatístico da glotocronologia de M. Swadesh (1952, 1959, 1960) e da proposta multilateral de Joseph Greenberg, produziu, na América, um debate sobre o quadro das línguas ameríndias e uma significativa produção no universo hispânico, com algumas restrições. Os trabalhos que procuram situar uma zona de origem para a língua são os do próprio Swadesh para o México (1953, 1959a, 1965) que estabelece o protoyucateco (1948); de Norman McQuown (1968) para Mesoamérica; de Greenberg, para as línguas das Américas (1989);

de Alfredo Torero (1968, 1970, 1974, 1988), Gary Parker (1963, 1968, 1969, 2013) e Cerrón Palomino (1984, 1994, 2013) para o protoquéchua na região andina; de Ernest Migliazza (1982) para as bacias do Orenoco-Amazons; de Aikhenvald (2006) para o protoaraucano na região Caribe, entre outros. No Brasil, Aryon Rodrigues, responsável por algumas das críticas a certos aspectos metodológicos desta corrente, apresenta uma hipótese de protolíngua que proporciona evidências para as línguas tupi, karib e macro-jê. Tais trabalhos, a despeito de algumas limitações apontadas por alguns de seus autores, permitiram acessar pistas sobre a chamada pré-história da América, cruzando os dados linguísticos com as evidências arqueológicas e são de vital importância para a fundamentação das hipóteses de datas de ocupação continental.

Por outro lado, constitui um dado histórico relevante a existência de zonas multilíngues com um tipo de língua, de natureza regional ou suprarregional, que serve na comunicação interétnica entre falantes de línguas particulares. Denominadas de *linguas generales* pelos conquistadores hispânicos e de *linguas gerais* pelos portugueses, sua expansão extrapolou os territórios de origem e evidenciou a dinâmica social de intercâmbios ancestrais, sendo marcadas pela convivência com línguas de grupos para quem não constituem língua materna.

Neste artigo pretendemos destacar a contribuição de Aryon Rodrigues para o entendimento da formação, expansão e declínio das línguas gerais no Brasil, cujas trajetórias históricas ele ajudou a esclarecer, assim como seus usos e funções, desenvolvendo pesquisas no campo interdisciplinar da história social das línguas, com a localização de documentação histórica existente nos arquivos

Pode ser interessante, para isso, explorar o diálogo mantido por Aryon com a produção acadêmica do mundo hispano-americano, que ocorreu, sobretudo depois do golpe militar de 1964, quando em solidariedade aos colegas demitidos, pediu seu desligamento da UnB e foi primeiramente para a Universidade da República do Uruguai, chamado por Darcy Ribeiro e, depois, para a Universidade Nacional Autónoma do México, além de ter sido professor visitante na Universidade de Leiden, Holanda, e na Universidade da Califórnia, onde circulavam muitos acadêmicos, inclusive hispano-americanos, com pesquisas sobre as línguas indígenas da região.

Lenguas generales

Nas Américas, as línguas de comunicação interétnica já existentes antes da chegada de Colombo foram estudadas nas últimas décadas por pesquisadores contemporâneos, que discutiram as estratégias desenvolvidas em relação à escolha da língua geral pela administração colonial e republicana. Trata-se de um tópico relevante para a compreensão da história social das línguas, cujo ponto de partida é o entendimento de que a(s) língua(s) constituem elementos de ordenamento social materializado nas decisões e práticas administrativas, o que levou à reflexão sobre as políticas de Estado em relação aos seus usos e funções, rendendo uma produção significativa.

“Frente a la gran variedad de lenguas, aún los defensores de lenguas indígenas admitieron la conveniencia de que se adoptaran lenguas más generales, que las había, y que abarcaban extendidas áreas geográficas, muchas veces formadas por ‘imperios’ ahora desaparecidos. No solo el quechua, el aimara, el náhuatl, el chibcha, sino el tupi o el guaraní, el mapuche o el galibi servían para ello” (Meliá 2010:19)

No universo hispânico, as funções dessas línguas foram detectadas cedo e suas trajetórias descritas, especialmente no caso das mais significativas do ponto de vista demográfico e de extensão territorial: o quéchua para a região andina, o náhuatl para Meso-América e o guarani para a região do Chaco e Paraguai, todas elas usadas e legalmente reconhecidas pela administração colonial espanhola, o que favoreceu a sua expansão. Discutiu-se as políticas de línguas da Coroa Espanhola, ao longo do tempo, para diferentes áreas do continente sul-americano, e o papel que tiveram no destino dessas línguas. Um esforço de reunir documentação específica sobre a questão foi feito pelo *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* da Espanha, que selecionou, transcreveu e publicou *Documentos sobre Política Lingüística en Hispano América (1492-1800)*, criando um instrumento de pesquisa, que coloca o conteúdo integral de 129 documentos valiosos ao acesso dos pesquisadores (Solano 1991).

No que se refere à língua geral na região mesoamericana (Lastra, 1986), as conquistas militares dos astecas nos séculos XV e XVI haviam integrado grupos de diversas etnias aos seus domínios. Em termos

linguísticos, a diversidade constituía uma barreira para “*o comercio, o sistema de alianças, a influência política*” (Brice Heath, 1977:19). Para a tributação e administração dos territórios conquistados, a hegemonia da língua náhuatl foi fundamental. Portanto, quando da chegada dos espanhóis, o náhuatl já estava consolidado como língua geral no âmbito regional, o que foi reconhecido e imediatamente utilizado pela administração colonial. Várias gramáticas e dicionários foram editados e publicados, assim como material de catequese e até sobre ensino não gramatical dessa língua que faz parte da tradição hispânica de análise linguística, desde mediados do século XVI [1547]. No início do século XVII, as línguas náhuatl e otomi começaram a ser ensinadas na Real Universidade do México. A partir daí, foi realizada uma discussão, com um enquadramento político, sobre a presença e o lugar do náhuatl no sistema educativo, seu uso e suas funções sociais. (Hamel, 1988, 1995, 2000).

Na área da Meso-América, os estudos de Mauricio Swadesh (1952) tiveram um impacto para todo o continente, especialmente na descrição geográfica, no inventário das diferentes línguas ameríndias da região (1959b) e nos estudos sobre o proto-zapoteco (1948). O debate gera um volume considerável de trabalhos inscritos nas instituições universitárias, gerando pesquisas sobre o tema.

No caso da região andina, o puquina e o aymara constituem línguas gerais regionais, mas a principal é o quéchua, considerada pelo senso comum como uma única língua, quando os estudos da área tem identificado pelo menos cinco. As pesquisas desenvolvidas por Torero (1964, 1968, 1983, 1988, 2002) e Cerrón-Palomino (1987, 1988, 1991), entre outros, foram fundamentais para esclarecer o papel da língua geral de maior extensão, tanto geográfica quanto demográfica, que pertence à família quéchua. A diversidade do mundo andino, resultante da expansão territorial e da conquista de várias populações pelos Incas, havia sido ordenada pelo império incaico através de uma bem cuidada administração que controlava grandes extensões territoriais. Um dos meios de controle, parte da eficiente máquina administrativa, era a língua. A tolerância da diversidade linguística coexistiu com uma língua comum, que serviu não só como instrumento de conquista, mas como meio de manutenção do poder (Alfaro, 2003).

Essa língua - mais geral de todas, por ser compreendida em todo o território dominado pelos Incas - é identificada, desde cedo, pelos cronistas e missionários. Foi a primeira no continente a ser ensinada formalmente em uma universidade, com a criação da cátedra de quéchua, em 1579, na Universidade Maior de San Marcos, em Lima, que só seria extinta duzentos anos depois. Isso faz com que ela seja documentada, descrita em gramáticas e dicionários e utilizada na própria empresa colonizadora, em catecismos e até em processos judiciais: existe, portanto, uma documentação relativamente abundante sobre ela, que constitui objeto de estudo dos autores acima mencionados.

Na contemporaneidade, após o estabelecimento do proto-quéchua, estudos sobre a família quechu-arú se voltam para a classificação e distribuição geográfica das línguas e dialetos modernos, entre os quais Torero (1964, 1972, 1983, 1993), Parker (1963, 1968) e Cerrón-Palomino (1991, 1987, 1988). Esta produção dialoga com uma longa tradição descritiva, que desde o século XVI configura um conhecimento sedimentado sobre essas línguas, dando conta de uma realidade diatópica, o que implica fontes e dados confrontados com trabalho de campo, já que esta família linguística continua ainda viva nos dias de hoje, conservando sua diversidade. Quanto aos encaminhamentos sobre uma abordagem sociolinguística, continua o debate das políticas educativas em relação a elas (Albó, 1974, 2013).

Outra língua geral importante, presente na região do Chaco e no atual Paraguai, é o guarani, uma denominação genérica com distintos referentes. Um deles, o guarani paraguaio - tanto o guarani antigo quanto o moderno - foi localizado por Aryon no tronco tupi e classificado dentro da primeira subfamília tupi-guarani, ao lado do tupinambá e do nheengatu (Rodrigues 2011: 200).

“O parentesco dessas línguas, com a possibilidade dos seus falantes poderem estabelecer, em muitos casos, níveis satisfatórios de comunicação entre si, acabou fortalecendo a ideia de uma identidade linguística, que levou a imaginar a existência de uma língua tupi única, espalhada por toda a extensão dos territórios onde eram faladas, aceitando-se, em alguns casos, a existência de pequenas variedades dialetais”. (Freire 2011: 102). Na Guerra do Paraguai, muitos soldados amazonenses monolíngues em Nheengatu, pertencentes ao 5º Batalhão

de Infantaria, que sequer podiam entender as ordens em português do seu comandante, morreram nos campos de batalha do Paraguai, como ‘voluntários’ da Pátria, falando uma língua, compreendida pelo inimigo, mas desconhecida em sua própria trincheira. Do outro lado, havia situação similar, com soldados paraguaios, monolíngües em *guarani criollo*, alguns dos quais foram feitos prisioneiros de guerra, e só puderam ser submetidos a interrogatório com ajuda de soldados amazonenses, bilingües em Língua Geral-Português, que funcionaram como intérpretes e tradutores. No Arquivo Histórico do Exército, especialmente no fundo intitulado *Guerra do Paraguai*, existem relatórios de interrogatórios feitos a prisioneiros e correspondência com o presidente da Província do Amazonas sobre o envio de recrutas para a Corte (Freire 2011:102).

O guarani antigo ficou conhecido também como *língua dos jesuítas* devido ao fato de membros dessa ordem religiosa terem elaborado gramáticas e dicionários, assim como catecismos e similares, o que implica a adoção do alfabeto latino, e com isso, uma proposta de normatização, própria da língua escrita numa política de expansão. A sua função de *lengua general*, usada por grupos de diversas etnias como língua veicular numa grande extensão territorial continental, foi reconhecida desde os primeiros momentos pela administração colonial numa referência a ser língua comum: “*tan universal que domina ambos mares, el del Sur por todo el Brasil, y los dos grandes ríos, el de la Plata y el gran Marañón*” (Montoya In Meliá 2003:102).

O atual guarani-*jopara*, o de maior extensão em número de falantes, foi considerado *língua híbrida e vulgar*, em decorrência do contato que o tornou falado também pelas populações não indígenas, trazendo como consequência, segundo Couto (1992), um processo de crioulização, com a composição de um léxico guarani regramaticalizado pelo espanhol. Hoje continua sendo uma das línguas faladas na República do Paraguai pela maioria da população, com status oficial, numa situação de bilinguismo ao lado do espanhol, que é a língua de prestígio. Entretanto, existe uma grande diversidade linguística com pelo menos vinte línguas de cinco famílias linguísticas diferentes, entre elas a família tupi guarani, para quem o guarani paraguaio ou *guarani criollo*, constitui outra língua.

Reduzida a *Arte* desde o século XVI, o Guarani conta com uma forte tradição descritiva, além de trabalhos contemporâneos sobre a língua, como os de Meliá (1974, 1978, 1992, 2003, 2004, 2010), assim como de sociolinguística que focam especialmente a situação de bilinguismo como os de Corvalán & Granda (1981), Granda (1988), Zajicová (2004, 2005) entre outros. São enumerados 1163 títulos em *O Guarani - uma bibliografia etnológica*, cobrindo o período de cinco séculos, ordenados em cinco categorias, de acordo com a natureza de sua produção, discriminando as fontes - conquista, missionária, dos viajantes, antropológica e etno-histórica - com dados também sobre a produção originária do mundo hispânico e, mais precisamente, do Paraguai (Meliá et alii: 1987). Trata-se de um instrumento de pesquisa que pode ser útil aos estudiosos interessados nas línguas gerais faladas no território brasileiro.

As línguas acima mencionadas, minorizadas historicamente pelas políticas públicas, foram recentemente reconhecidas pelos Estados em cujos territórios são faladas, tornando-se línguas cooficiais ao lado do espanhol, que é a língua hegemônica e com a qual convivem em situação de contato em algumas áreas geográficas. No caso do guarani, foi decretado língua oficial do Mercosul em reunião dos ministros da cultura dos países integrantes realizada em novembro de 2006.

Línguas Gerais: as fontes

No Brasil, a trajetória das línguas gerais e sua situação de contato com as demais línguas, da mesma forma que os documentos que a elas se referem, não mereceram atenção similar àquela ocorrida nos países da América Hispânica. As fontes para uma história social das línguas no Brasil, manuscritas e impressas, estão dispersas em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros e foram inventariadas pela primeira vez por Alfredo Valle Cabral que organizou, em 1880, a *Bibliographia da Língua Tupi ou Guarani também chamada Língua Geral do Brazil*, onde constam 302 obras impressas e manuscritas, elaboradas no período de 1555 a 1880, quase todas relacionadas à produção de gramáticas, vocabulários, dicionários, listas de palavras, catecismos, sermões, orações e hinários (Cabral: 1880). O catálogo, no entanto, além de ignorar as diferenças entre as línguas, dirige seu foco para o

litoral brasileiro e o Estado do Brasil, alcançando o Estado do Grão-Pará só marginalmente.

No balanço comparativo que fez num capítulo do livro organizado por Zimmermann (1997) sobre línguas ameríndias, Aryon Rodrigues lamenta a perda de documentos linguísticos que ocorreu, segundo ele, devido à proibição da Língua Geral na segunda metade do século XVIII e ao fato de muitos escritos de Anchieta terem sido distribuídos em folhas soltas, como relíquias, depois de sua morte (Rodrigues, 1997:372, 374). Ele avalia que “*el reducido número de gramáticas en el Brasil colonial contrasta fuertemente con el considerable número de lenguas que habrán existido*”. Depois de citar a produção local dos missionários, particularmente dos jesuítas, destaca como “*sorprendente en varios aspectos*” a *Arte de gramática da lingoa mais usada na costa do Brasil* do padre Anchieta e alguns ensaios de descrição do tupinambá, tais como a descrição deixada por Jean de Léry (1555), no Rio, e a gramática do tupinambá do Pará elaborada, em 1621, pelo jesuíta Luis Figueira. (Rodrigues, 1997:372, 374).

Considerando o desaparecimento da língua geral chamada por Martius de *Tupi austral*, falada no litoral do Brasil até meados do século XVIII, a atenção de Aryon vai se centrar na língua geral que passou a ser conhecida no século XIX como *Nheengatu*, falada em áreas extensas da Amazônia e hoje presente na região do Rio Negro, onde foi reconhecida como língua cooficial em novembro de 2002 no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Foi ele quem situou a questão definitivamente, num artigo esclarecedor e conclusivo, no qual identificou as duas línguas gerais de base indígena que floresceram em território que é hoje brasileiro, denominando uma delas - o *Tupi Austral* - de Língua Geral Paulista (LGP) e a outra - o *Nheengatu* - de Língua Geral Amazônica (LGA) (Rodrigues 1986:102), além de discutir, em diálogo com outros pesquisadores, as trajetórias das línguas gerais sul-americanas (Rodrigues 1996).

Para recompor o contexto histórico e linguístico em que as duas línguas gerais se desenvolveram, Aryon formula uma proposta do quadro das línguas indígenas faladas no início do século XVI em território ocupado atualmente pelo Brasil. Sua hipótese foi construída com o estabelecimento da diversidade das línguas daquelas áreas para as

quais possuímos documentação confiável e com a projeção para outras áreas desconhecidas (Rodrigues 2000:24,25). Dessa forma, chegou a um cálculo total de 1.273 línguas, número muito próximo ao que havia sido estabelecido por Cestmir Loukotka, usando outros procedimentos (Loukotka:1968). É nesse contexto de enorme diversidade linguística que se formam e expandem as duas línguas gerais, uma no Estado do Brasil e outra, no Estado do Maranhão e Grão Pará.

As Línguas Gerais que floresceram em território brasileiro não constituíam, até surgirem os trabalhos de Aryon Rodrigues, um objeto de estudo *stricto sensu*, no sentido de abordar descritivamente com aparelho conceitual explícito, de observar o seu funcionamento, de mapear seu percurso histórico e sua extensão. A língua é registrada fragmentariamente, citada ao lado de outras evidências históricas e culturais. Além do que foi produzido pela linguística missioneira, existe o trabalho realizado na segunda metade do século XIX pelos chamados tupinólogos, que foi continuado posteriormente, nos anos 1930 a 1950, entre outros, por Plínio Ayrosa (1895-1961), Frederico G. Edelweiss (1892-1974) e pelo padre A. Lemos Barbosa. Num certo sentido, Aryon é herdeiro dessa tradição, que merece ser brevemente apresentada aqui para situarmos a leitura crítica que dela fez e o lugar que ele ocupa nesse quadro.

Aryon revisou a literatura dos viajantes e naturalistas que percorreram a Amazônia no século XIX, alguns dos quais recolheram narrativas orais, cantos e poesia em Língua Geral, entre outros os que foram enquadrados no grupo denominado de tupinólogos como Von Martius (1794-1868), Freire Alemão (1797-1874) Batista Caetano (1826-1882), Couto de Magalhães (1837-1898), Charles Hartt (1840-1878), Pedro Sympson (1840-1892), Barbosa Rodrigues (1842-1909), Stradelli (1852-1926) e Brandão Amorim (1865-1926). Suas obras estão referenciadas no *‘Apontamentos para a Bibliografia da língua tupi-guarani’*, num total de 585 títulos, organizados em 1943 por Plínio Ayrosa, para quem a língua que ele denomina de *tupi-guarani* era *‘bibliograficamente pobre’*, em relação à importância que teve para a história do país (Ayrosa 1943: 7).

Autor de uma obra copiosa iniciada com *Primeiras Noções de Tupi* (1933), Plínio Ayrosa criou, em 1935, na Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), a cadeira de *Etnografia e Língua tupi-guarani*, exemplo seguido por outras instituições do país, como a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal da Bahia e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Na Bahia, o professor de Língua Tupi foi Frederico G. Edelweiss, que estudou na década de 1940 a etnonímia tupi e publicou, entre outros, um ensaio esclarecedor - *Estudos tupis e tupi-guaranis* (1969) - onde polemiza com Plínio Ayrosa sobre questões relacionadas à lexicografia na produção do dicionário tupi, criticando as fontes utilizadas e a forma de abordar o tupinambá, a língua geral e o guarani. Na PUC do Rio de Janeiro, o regente da disciplina foi o padre A. Lemos Barbosa, autor de um *Curso de Tupi Antigo* (1956) e do *Pequeno Vocabulário Tupi-Português* (1951). Na Universidade do Paraná, atuou o professor Mansur Guérios. Todos eles fizeram parte da onda nacionalista da época de Vargas, em cujo segundo governo, no início da década de 1950, tramitou um projeto de lei no Congresso Nacional que tornava obrigatória a criação de cadeira de língua tupi nas faculdades de letras e que foi assinado depois do suicídio de Vargas pelo então presidente Café Filho, em 3 setembro de 1954. Neste mesmo ano foi editada nova versão da bibliografia de tupi-guarani, atualizada com a colaboração de vários estudiosos, entre os quais Aryon Rodrigues, Carlos Drummond e Lourdes Joyce, identificando agora um total de 897 trabalhos impressos e 54 manuscritos elaborados no período de 1500 a 1953 (Ayrosa 1954).

De 1954 aos dias de hoje, podemos estimar em mais de 3.000 os títulos de livros e artigos relacionados ao tema, publicados em cinco séculos. No entanto, na avaliação realizada por Aryon Rodrigues, essas obras são basicamente de cunho filológico-lingüístico, pertencentes ao campo da dialetologia, ou do que poderia ser denominado como *'história interna'* dos aspectos formais da língua, compreendendo categorias gramaticais e vocabulários presentes na produção de catecismos e doutrinas. No balanço que Aryon realizou sobre o que foi publicado até 1996, *"afora alguns trabalhos descritivos e lexicográficos e algumas coletâneas de textos, quase nada foi feito ainda de investigação sistemática sobre essas línguas, nem do ponto de vista sócio-histórico, nem do lingüístico-histórico"* (Rodrigues 1996: 13).

Línguas Gerais: o contato

É a partir desta crítica à bibliografia existente e com base nas fontes primárias dos arquivos que Aryon Rodrigues retoma o termo *língua geral* registrado na documentação do período colonial como uma nomenclatura genérica para designar aquela classe de línguas faladas na América do Sul em condições de contato entre europeus e povos indígenas. No entanto, Aryon utiliza o termo como nome próprio, como denominação para designar línguas historicamente determinadas que se constituíram no seu objeto de estudo: a *Língua Geral Paulista (LGP)* e a *Língua Geral Amazônica (LGA)* (Rodrigues 1986:102).

A LGA foi definida por ele como a forma que assumiu a língua descrita por Figueira em 1621 - o tupinambá, falado na Costa do Salgado, entre São Luís do Maranhão e Belém - quando se tornou língua materna dos mestiços e “língua franca” de comunicação entre mestiços, portugueses e índios submetidos aos portugueses no Pará e no Amazonas (cf. Rodrigues: 1998: 327). A língua tupinambá acabou, portanto, exercendo a função inicial de língua de comunicação da Amazônia, sendo usada pelos missionários na catequese e pelos próprios colonos dentro do sistema colonial de trabalho. No processo histórico de sua constituição e expansão, essa língua passou a ser conhecida no período colonial como *Língua Geral*, e “*foi progressivamente reajustando-se e diferenciando-se do tupinambá falado pelos índios que sobreviveram até meados do século XVIII*” (Rodrigues:1996,10).

Aryon Rodrigues contribuiu para o debate sobre a existência ou não de um processo de *crioulização* no caso da LGA, com a transformação de uma língua de contato em língua materna de amplos setores da população. Por definição, *língua crioula* implica a formação de uma língua mista, cujo léxico é proveniente da língua dominante, mas as características sistêmicas são da língua dominada. Como no caso da LGA foi observado um processo inverso, Couto (1996:87) a classificou como “*anticrioula*”, argumentando que “*seu léxico é basicamente o tupi. No entanto, sua gramática se aproximou do português*”. Por outro lado, Aryon, embora admitindo a probabilidade de que alguns *pidgins* e até mesmo *crioulos* tenham ocorrido em certos lugares, considera, que não alcançaram “*a estabilidade que lhes permitiria expandir-se no espaço e sobreviver por longo tempo*”. Ele conclui que a atribuição de qualquer traço *crioulo* no

caso das línguas gerais “*carece de fundamento histórico e lingüístico*”, afirmando que desde o início as comunidades de LGA apresentaram uma situação de bilingüismo parcial com o português, com uma maioria de monolíngües na língua geral e uma minoria de bilíngües (Rodrigues 2002: 11).

Baseado em documentação histórica, Aryon mapeia os níveis de competência diferenciados manifestados pelos falantes da LGA: os mais velhos, monolíngües, a falavam fluentemente, com um domínio perfeito; os jovens bilíngües tinham fluência, mas se afastavam de algumas normas e os falantes com habilidades restritas a usavam na condição de segunda língua, como os missionários e os colonos. Essa situação de línguas em contato fez com que a LGA fosse marcada em sua estrutura tanto pelo português quanto por outras línguas locais, “*mas deixou suas próprias marcas em grande quantidade de outras línguas indígenas ao longo de quase todo o curso do Amazonas e de seus afluentes*” (Rodrigues 1967:38). Ele reconhece, no entanto, que as diversas situações de contato foram analisadas numa perspectiva antropológica, mas que necessitam ainda de pesquisas mais abrangentes para determinar seus componentes lingüísticos.

Além das pistas deixadas sobre a trajetória da LGA e da LGP, Aryon desenhou um quadro das línguas indígenas da Amazônia, considerando que nelas se encontram fenômenos fonéticos, fonológicos, de organização gramatical, de construção do discurso e de uso das línguas, que não se encontram em línguas de outras partes do mundo. Daí a preocupação de mantê-las vivas, porque como já havia observado Couto de Magalhães, no contexto do positivismo do final do século XIX, elas “*são o mais valioso documento*” que a ciência tem para resolver dois problemas: “*os graus de parentesco da grande família americana e as leis a que o entendimento humano está sujeito no desenvolvimento da poderosa faculdade de compor línguas*” (Magalhães 1876:55). Ou, como foi formulado em outros termos:

“Se as políticas de desenvolvimento – ou a falta delas – continuarem a determinar a rápida extinção das línguas amazônicas, é mais provável que fenômenos raros ou únicos, mas de importância crítica para a melhor compreensão da linguagem humana, desaparecerão sem sequer terem sido identificados” (Rodrigues 2000:26).

Podemos assim, concluir que a grande contribuição de Aryon consiste, em primeiro lugar, no fato de ter delimitado como objeto de estudo as línguas gerais, e com isso de haver registrado a extensão e os processos históricos que acompanham o seu desenvolvimento. Realizou cuidadosa pesquisa de documentos coloniais para identificá-las e criteriosa revisão da bibliografia produzida que encerra os saberes dos tupinólogos sobre elas, além de ter estabelecido as identidades dessas línguas através de uma abordagem histórica em um diálogo crítico com a produção das *linguas generales* da América Hispânica.

Recebido em julho de 2014

Aprovado em agosto de 2014

E-mails: consueloalfaro@hotmail.fr

bessa_18@hotmail.com

Referências bibliográficas

- AIKHENVALD, Alexandra Y. 2006. Areal Diffusion, Genetic Inheritance and Problem of Subgrouping - A North Arawak Case of Study In: DIXON & AIKHENVALD (eds). *Areal Diffusion and Genetic Inheritance*. Cambridge Univesity Press: chapter 7.
- ALBÓ, Xavier & MOLINA BARRIOS, Ramiro. 2013. *Atlas de idiomas y pertenencia a pueblos indígenas y originarios de Bolivia: líneas de base*. La Paz: Universidad Católica Boliviana.
- _____. 1974. *Los mil rostros del quechua: sociolingüística de Cochabamba*. Lima: IEP.
- ALFARO, L. Consuelo. 2003. Elementos de política linguística colonial hispânica: O Terceiro Concílio Limense. In: FREIRE, J.R.B. & ROSA, M. Carlota (orgs.). *Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro. EDUERJ, p. 43-57.
- AYROSA, Plínio. 1943 Apontamentos para a Bibliografia da língua tupi-guarani. In: *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. 4 (33):1-307. São Paulo.
- _____. 1954. Apontamentos para a Bibliografia da Língua tupi-guarani. 2ª ed. Revista e atualizada. In: *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. 28 (169): 1-261. São Paulo.
- BARBOSA, Padre Antônio Lemos. 1956. *Curso de Tupi Antigo. Gramática. Exercícios. Textos*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

- _____. 1951. *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- BRICE HEATH, Shirley. 1997. *La política del Lenguaje en México*. México: VINI.
- CABRAL, Alfredo do Valle. 1880. *Bibliographia da Língua Tupi ou Gurani também chamada Língua Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- CERRÓN, R. M. 1994. *Quechumara: estructuras paralelas del quechua y del aimara*. La Paz: CIPCA.
- _____. 1991. Diversidad y unificación léxica en el mundo andino. III Coloquio Internacional sobre Tradición y Modernidad en los Andes. In: Godenzzi: *Ideología. Normalización y Enseñanza*. Cusco: C.E.R.A. Bartolomé de las Casas.
- _____. 1988. Unidad y diferenciación lingüística en el mundo andino. In: LÓPEZ, Luis Enrique (ed.). *Pesquisas en lingüística andina*. Lima: Concytec, GTZ y Universidad Nacional del Altiplano-Puno, p. 121-152.
- _____. 1987. *Lingüística quechua*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos "Bartolomé de las Casas".
- _____. 1984. La reconstrucción del Protoquechua. *Revista Andina* 3, CBC: Cusco, p. 89-120.
- CORVALÁN, G y GRANDA, G. de. 1982. *Sociedad y Lengua. Bilingüismo en el Paraguay*. (2vs.) Asunción: CPES.
- COUTO, Hildo. 1992. Anti-crioulo. In: Papia: *Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares* v. 2, No. 1. São Paulo: USP, p. 71-84.
- EDELWEISS, Frederico G. 1969. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro: Brasiliana.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. 2011. *Rio Babel. A história das línguas na Amazônia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj.
- GRANDA, G. de. 1988. *Sociedad historia y lengua en el Paraguay*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- GREENBERG, J. H. 1989. Classification of American Indian languages: A reply to Campbell. In: *Language* 65 (1) LSA: Washington D.C. p. 107-114.
- HAMEL, Rainer Enrique. 2000. Políticas del lenguaje y estrategias culturales en la educación indígena. In: IEEPO (ed.). *La educación indígena hoy. Inclusión y diversidad*. Oaxaca: Huaxyácac, p. 130-167.
- _____. 1995. Conflictos entre lenguas y derechos lingüísticos. In: *Alteridades No. 10*. Derechos humanos lingüísticos en sociedades multiculturales. México: UAM, p. 79-88.
- _____. 1993. Políticas y Planificación del lenguaje: una introducción.

- In: Políticas del Lenguaje en América Latina. *Rev. Itzapalapa*. Universidad Autónoma de México, México, p. 5-39.
- _____. 1988. La política del lenguaje y el conflicto interétnico – Problemas de investigación sociolingüística. In: *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes.
- LASTRA DE SUÁREZ, Yolanda. 1986. Las áreas dialectales del náhuatl moderno. *Serie antropológica, no. 62*. Ciudad Universitaria, México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Antropológicas.
- LOUKOTKA, Cestmir. 1968. *Classification of South American Indian Languages*. In: Johannes Wilbert (ed.). Los Angeles: University of California.
- MAGALHÃES, J. V. Couto de. 1876. *O Selvagem*. Rio de Janeiro, Typographia da Reforma. (outra edição Itatiaia/Edusp. Belo Horizonte/São Paulo, 1975).
- MCQUOWN, Norman A (ed.). 1968. *Handbook of Middle American Indians*, Vol. 5. Austin: University of Texas Press.
- MELIÁ, Bartomeu. 2010. *Pasado, presente y futuro de la lengua guaraní*. Asunción: CEADUC & ISEHE.
- _____. 2003. *La lengua guaraní en el Paraguay colonial*. CEPAG, Asunción.
- _____. 1974. *Hacia una “tercera lengua” en el Paraguay*. Asunción: Estudios paraguayos, 2: 31-71.
- _____. 1978. La lengua guaraní del Paraguay. In: POTTIER, Bernard (ed.). *América Latina en sus lenguas indígenas*. Caracas, UNESCO.
- _____. 1992. *La lengua guaraní del Paraguay*. Madrid: Mapfre.
- _____. 2004. Vitalidad y dolencias de la lengua guaraní en el Paraguay. In: A. LLuis i Vidal Folch y A. Palacios (eds.). *Lenguas vivas en América Latina*, Barcelona-Madrid: ICCI-UAM, p. 257-268.
- MELIÁ, Bartomeu et alii. 1987. *O Guarani. Uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo RS: Fundames.
- MIGLIAZZA, Ernesto C. 1982. Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia. In: PRANCE, Ghilleen T. (ed.). *Biological diversification in the tropics*. New York: Columbia University Press, p. 479-519.
- PARKER, G. J. & CERRÓN, R. M. (ed.). 2013. *Trabajos de lingüística histórica quechua*. Lima: Fondo Editorial de la PUCP.
- PARKER, G.J. 1973. On the evidence for complex stops in Proto-quechua. The University of Chicago Press: *International Journal of American Linguistics* 39(2), p. 106-110.
- _____. 1969. *Bosquejo de una teoría de la evolución del Quechua A*. México: El Simposio de México, p. 270-281.

- _____. 1963. La clasificación genética de los dialectos quechua. Lima: *Revista del Museo Nacional* N. 32, p. 241-252.
- RODRIGUES, Aryon D. 2006. As Outras Línguas da Colonização do Brasil. 500 anos de História Linguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra, Mattos & SILVA, Rosa Virgínia (orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 143-161.
- _____. 2000. Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia. In: F. Queixalós & Renault-Lescure (orgs.). *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo: IRD/ISA/MPEG, p. 15-28.
- _____. 1998. O conceito de língua indígena no Brasil. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos (I): Os primeiros cem anos (1550-1650) na Costa Leste*. Campinas: Pontes, p. 159-78.
- _____. 1996. As Línguas Gerais Sul-americanas. In: Papiá. *Revista de Crioulos de Base Ibérica 4 (2)*. Brasília: Thesaurus Editora/UNB, p. 6-18.
- _____. 1992. *Diversidade Linguística na Amazônia*. Anais do Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento da Amazônia. Belém: Sindamazônia.
- _____. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Loyola.
- _____. 1984/1985. Relações internas na família linguística Tupi-guarani. São Paulo: *Revista de Antropologia* No. 27/28, p. 33-53.
- _____. 1964. A classificação do tronco linguístico tupi. São Paulo: *Revista de Antropologia*. Vol. XII.
- SOLANO, Francisco. 1991. *Documentos sobre Política Lingüística en Hispanoamérica – 1492-1800*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SWADESH, Morris & Evangelina Arana. 1965. *Los Elementos del Mixteco Antiguo*. México: Instituto Nacional Indigenista.
- _____. 1960. *La Lingüística como Instrumento de la Prehistoria*. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, Dirección de Prehistoria, Publicación No. 9.
- _____. 1959a. *Indian Linguistic Groups of México*. México: Escuela Nacional de Antropología e Historia.
- _____. 1959b. Linguistics as an Instrument of Prehistory New Mexico. *Southwestern Journal of Anthropology* No.15.
- _____. 1953. The Language of the Archaeological Huastecs. Washington: *Notes on Middle American Archaeology and Ethnology* No. 4, p. 223-227.
- _____. 1952. Lexicostatistic dating of prehistoric ethnic contacts.

- Philadelphia: *Proceedings American Philosophical Society*, No. 96, p. 452-463.
- _____. 1948. On the sound system of proto-zapotec. *International Journal of American Linguistics. The University of Chicago Press* No.13, p. 220-230.
- TORERO, Alfredo. 2002. Idiomas de los Andes. *Lingüística e Historia*. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos (IFEA) y Editorial Horizonte.
- _____. 1993. Principios metodológicos para el estudio de la familia lingüística quechua. Articulación entre lingüística y etnohistoria [1988]. In: RODRIGUEZ, Maria L. (ed.). *Estado actual de la clasificación de las lenguas indígenas de Colombia*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- _____. 1983. La familia lingüística quechua [1978]. In: POTTIER, Bernard (ed.). *América Latina en sus lenguas indígenas*. Caracas: UNESCO.
- TORERO, Alfredo. 1968. Procedencia geográfica de los dialectos quechuas de Ferreñafe y Cajamarca, Lima en *Anales Científicos de la Universidad Nacional Agraria*. Vol. VI, No. 3-4.
- _____. 1974. *El Quechua y la Historia social andina*. Lima: Universidad Particular Ricardo Palma.
- _____. 1970. Lingüística e Historia de la sociedad andina. In: *Anales Científicos de la Universidad Nacional Agraria*. Lima. Vol. VIII.
- _____. 1964. Los dialectos quechuas. In: *Anales Científicos de la Universidad Nacional Agraria*. Lima. Vol. II, No.4.
- ZAJICOVÁ, L. 2005. *El bilingüismo paraguayo. Usos y actitudes hacia el guaraní y el castellano*. Tesis doctoral. Olomouc.
- _____. 2004. Actitudes y uso del guaraní en Paraguay. In: A. LLuis i Vidal Folch y A. Palacios (eds.). *Lenguas vivas en América Latina*. Barcelona-Madrid: ICCI-UAM, p. 223-238.